

O Planalto e o Congresso

Nacional

Nunca um Congresso em fim de mandato trabalhou tanto como o atual. Até um novo presidente da República ele empossou, a um mês de terminar seus trabalhos. E ainda votou matérias importantes e polêmicas, do Orçamento deste ano ao Plano Real, passando por alteração no Imposto de Renda, anistia a parlamentares, novo salário mínimo, nova lei de concessões de serviços públicos e diversas outras matérias.

É claro que um mandato, qualquer que seja, deve ser exercido na sua plenitude até o último dia. Foi o que fez o ex-presidente Itamar Franco, que assinou decretos, sancionou leis e até editou medidas provisórias ao apagar das luzes de seu governo. Apesar dessa evidência cristalina, não deixa de haver um certo descompasso entre um novo Poder Executivo que assume e um velho Poder Legislativo que se despede.

A culpa desse erro foi do constituinte de 1988, que marcou a data de 1º de janeiro para a posse do novo governo, a um mês do término do mandato do Legislativo que o empossava. No caso presente, a situação ainda se complicou mais, porque o atual Congresso, na verdade, deveria estar de férias em janeiro, mas se convocou voluntariamente para poder votar medidas importantes que a nova administração federal implantava — além do saldo que sobrou do governo Itamar Franco.

À parte a questão da dicotomia entre um Executivo que se instala e um Congresso que se despede, a presente semana de esforço concentrado de votações na Câmara e no Senado já mostrou que não é das melhores a sintonia entre o Palácio do Planalto e o Poder Legislativo. Embora o novo Parlamento a ser empossado em 1º de fevereiro venha com metade de suas bancadas renovadas, a natureza dos problemas de relacionamento do governo FHC com os parlamentares não deverá mudar muito para melhor. Talvez, até, tenda a se agravar.

A questão principal parece residir na falta de um bom canal de comunicação en-

tre os congressistas que apóiam o governo FHC, e que estão dispostos a aprovar suas iniciativas, e o conjunto do Governo. Esse é o problema central, e não é privilégio da nova administração federal. Todo governo enfrenta essa dificuldade.

No caso presente, justamente por se tratar de um Legislativo em fim de mandato, não quis o Planalto queimar seus cartuchos com um Congresso envelhecido, esperando a instalação da futura legislatura para começar tudo de novo — novos presidentes e novos líderes, no Senado e na Câmara dos Deputados.

A experiência provou ser errada e não funcionou. Acontece que os parlamentares experientes, que poderão vir a ser os líderes do governo FHC no Congresso, continuarão seus mandatos na próxima legislatura. Eles todos foram reeleitos. Por que o presidente FHC não escolheu logo seus líderes, no primeiro dia de sua administração, sabendo que eles continuarão nas duas Casas após 1º de fevereiro?

A experiência parlamentar, inclusive a dos até ontem senadores Fernando Henrique Cardoso e Marco Maciel, mostra claramente que é muito difícil ao Governo superar as dificuldades de tramitação e de aprovação de suas iniciativas sem a firme atuação de líderes capazes de negociar e firmes de comando. Os líderes evidentemente não são ditadores e nem comandantes infalíveis de bancadas, mas atuam como interlocutores credenciados do pensamento do Governo e têm a indispensável autoridade para mudar essa ou aquela posição, de acordo com o fragor das batalhas.

Duas lições devem ser extraídas dos episódios de descompasso entre Executivo e Legislativo nesta semana. A primeira é tentar corrigir, no futuro, a infeliz coincidência entre um governo que chega e um Congresso que sai. A segunda é que o governo que entra não deve ficar nem um dia sem lideranças credenciadas no Congresso, sob pena de enfrentar dissabores logo nos primeiros dias de sua administração.